

Processo: 16302/2025

Interessado: Município de Itaberaí-GO – Secretaria Municipal de Esportes.

Assunto: Aquisição de veículos automotores sendo uma pick-up de categoria média e uma pick-up de categoria compacta, para atender as necessidades do Gabinete da Prefeita e Secretaria Municipal de Esportes.

Valor Estimado: R\$ 457.940,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta reais)

PARECER CONTROLE INTERNO

Dos Fatos:

Trata-se de procedimento encaminhado a esta Controladoria Geral do Município para parecer acerca da aquisição de veículos automotores sendo uma pick-up de categoria média e uma pick-up de categoria compacta, para atender as necessidades do Gabinete da Prefeita e Secretaria Municipal de Esportes, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo.

O Município de Itaberaí-GO, possui uma extensão territorial considerável com isto, torna-se imprescindível a compra de um veículo para que a chefe do poder executivo consiga realizar suas demandas, que entre uma delas é visitar os moradores da zona rural que muitas das vezes tem acesso difícil utilizando carro pequeno, por isto a compra desta pick-up é apropriada e adequada para áreas de difícil locomoção, como as estradas rurais, durante o período chuvoso as vias não pavimentadas da zona rural podem tornar-se escorregadias e apresentar valas formadas pelo acúmulo de água e enxurradas, essas condições adversas dificultam significativamente o trânsito de veículos leves e de pequeno porte, comprometendo a segurança e a eficiência dos deslocamentos necessários para a administração pública municipal.

Há a necessidade também da Secretaria de Esportes de Itaberaí-GO, de adquirir um veículo utilitário tipo pick-up para trafegar em vias urbanas e rurais para fiscalizar e monitorar a ampla rede de estruturas esportivas por todo o território municipal.

É o sucinto relatório.



Controladoria Geral

Da Fundamentação:

Na qualidade de responsável pela Controladoria Geral do Município de Itaberaí-GO, em conformidade com o previsto no art. 74, inciso II da Constituição da República, Lei Municipal nº 1.226/2013, e Instrução Normativa 08/2021 do Tribunal de Contas dos Municípios, cabe a esta Controladoria uma atuação na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Por se tratar, conseqüentemente de realização de despesas no referido procedimento de Licitação, resta configurado a competência do Controle Interno para análise da presente manifestação, o que passaremos a fazer.

Em linhas gerais, para que a Administração Pública celebre contrato administrativo com a iniciativa privada, há a necessidade de prévia licitação, a qual foi modernamente consagrada na Constituição Federal, no artigo 37, XXI.

Com tais premissas, depreende-se que a exigência de licitação prévia para as contratações da Administração Pública, em suas diversas modalidades, decorre da presunção constitucional de que este seria o meio hábil a assegurar a maior vantagem possível à Administração Pública, segundo seus princípios norteadores, assegurando, assim, que a supremacia do interesse público foi atendida neste certame.

No caso em tela, observamos que é uma solicitação importante para resolver um problema dos moradores daquele local, que vem clamando por solução a bastante tempo.

O Departamento de Engenharia do Controle Interno, realizou uma análise técnica no processo contemplando a análise de planilhas, orçamento e outras peças técnicas de engenharia que compõe os autos.



Controladoria Geral

Da Análise Documental:

O processo foi instruído com os documentos exigidos para a formalização dos procedimentos licitatórios, contratos e aditivos, constantes dos autos, a saber:


- I. consta Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- II. consta Estudo Técnico Preliminar 255/2025, 219/2025;
- III. consta o Termo de Referência 237/2025;
- IV. consta Relatório de compras.gov.br;
- V. consta matriz de gerenciamento de riscos;
- VI. consta declaração de dotação orçamentária;
- VII. consta pedidos de compras/serviços 64830,64833;
- VIII. consta mapa de cotação nº 35536;
- IX. Minuta do Contrato.

Conclusão:

Ante o exposto, esta Controladoria Geral do Município, após despacho do Departamento de Engenharia do Controle Interno manifestar pela continuidade do processo, concluindo que as peças técnicas estão de acordo com a Lei e Normas pertinentes, entende que os autos estão dentro das formalidades legais, na fase inicial, opinando pela **REGULARIDADE** do procedimento, podendo dar prosseguimento às fases posteriores.

Cumpre destacar que esta Controladoria não compete adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos.

Controladoria Geral do Município, em 06 de junho de 2025.



Eliseu José Braz – Cel R/R
Controlador Geral do Município
Decreto nº 011/2025